47 anos do Serviço Nacional de Saúde: uma conquista a defender e a reforçar

15 Setembro, 2026



No 47.º aniversário da criação do Serviço Nacional de Saúde, é fundamental reafirmar a sua importância, analisando como está hoje.

O **Serviço Nacional de Saúde (SNS)** é a estrutura pública central destinada a assegurar o direito fundamental à proteção da saúde consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O artigo 64.º da Constituição de 1976 estabeleceu que o direito à proteção da saúde se efetiva pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito. Em 1978, o chamado Despacho Arnaud antecipou a criação do SNS ao abrir o acesso dos Serviços Médico-Sociais a todos os cidadãos, independentemente da sua capacidade contributiva. Em 1976, o SNS foi criado formalmente, pela Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, sob a égide do Ministério dos Assuntos Sociais.

Os Princípios Fundamentais do SNS são:

- **Universalidade**: O acesso aos cuidados de saúde é garantido a todos os cidadãos portugueses, independentemente da sua condição económica ou social, assim como a estrangeiros
- **Generalidade**: Inclui a prestação de cuidados globais e integrados, desde a promoção da saúde e

vigilância, à prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e reabilitação médica e social

- **Tendencial Gratuitidade (**revisão constitucional de 1989): Defendemos que volte a constar na Constituição a gratuitidade, financiada através de impostos gerais do Estado.

O SNS hoje

O SNS organiza-se através de uma rede integrada de cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e especializados, onde se incluem os vários institutos.

O impacto social do SNS é indesmentível! Desde a sua criação que é considerado uma das maiores conquistas civilizacionais da democracia portuguesa. A sua implementação esteve diretamente associada a ganhos significativos nos indicadores de saúde do país, tais como a acentuada redução das taxas de mortalidade infantil, o aumento sustentado da esperança de vida e a elevada taxa de cobertura vacinal da população.

Com base nos relatórios oficiais e dados mais recentes disponibilizados pelo Portal da Transparência do SNS, a análise dos recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde (SNS) revela os seguintes aspetos críticos:

Défice de profissionais de saúde

- **Carência estrutural**: Vários estudos e relatórios estratégicos apontam para a persistência de carências significativas face aos rácios de referência da OCDE. Estima-se a falta de dezenas de milhares de profissionais no SNS para atingir os rácios dos países mais bem-dotados (por exemplo, apontando-se para faltas da ordem de cerca de 14.000 a mais de 30.000 enfermeiros). O Regulamento das Dotações Seguras publicado pela Ordem dos Enfermeiros não é cumprido em nenhuma instituição de saúde (pública, privada e social), sem que o Ministério da Saúde seja responsabilizado pelo seu não cumprimento

- **O SNS** está sistematicamente confrontado com saídas por aposentação, por rescisões de contratos definitivos e devido à emigração de jovens profissionais

Condições de Trabalho

- **Recurso a horas extraordinárias**: Para suprir as falhas crónicas nas escalas, o SNS tem recorrido de forma intensiva a prestadores de serviços, a horas extraordinárias e ao aliciamento, no caso dos médicos, para que trabalhem após a aposentação

- **Perda de poder de compra**, que a par da degradação das condições de trabalho, desincentiva a fixação de profissionais no SNS.

O impacto da carência de recursos humanos nos **Cuidados de Saúde Primários (CSP)** reflete-se diretamente na capacidade de resposta à população. A falta de equipas de saúde familiar coloca em causa o acesso à “porta de entrada” ao SNS, dificulta a vigilância da doença crónica, a prestação de cuidados domiciliários de acordo com o aumento das necessidades da população (cada vez mais envelhecida) e consequentemente o agravamento da pressão sobre os serviços de urgência.

Para o reforço efetivo do **Serviço Nacional de Saúde (SNS)**, destacam-se as seguintes exigências e medidas prioritárias apontadas por peritos e estruturas representativas do setor:

SEP
SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

1. Reforço do Financiamento e Autonomia de Gestão

- **Fim do subfinanciamento e cativações**: Eliminação das retenções orçamentais e garantia de um financiamento público estável e adequado às necessidades das instituições públicas de saúde
- **Autonomia e gestão democrática**: Concessão de maior autonomia de gestão às unidades de saúde e promoção de modelos de gestão democrática nas organizações do SNS
- **Investimento em equipamentos e inovação**: Modernização tecnológica, aquisição de novos equipamentos e transição digital das infraestruturas de saúde.

2. Valorização e Retenção dos Recursos Humanos

- **Plano estratégico de contratação**: Implementação de um plano transparente de admissão continuada a curto, médio e longo prazo para suprir a carência de milhares de profissionais
- **Revisão e valorização remuneratória**: Valorização das grelhas salariais e carreiras profissionais
- **Dedicação exclusiva voluntária**: Consagração de um regime de dedicação exclusiva voluntário e devidamente remunerado como incentivo à fixação no SNS
- **Compensação da penosidade e do risco**: Reconhecimento das exigências da profissão com a redução da carga horária semanal e condições favoráveis de acesso à aposentação
- **Conciliação familiar e redução do trabalho extraordinário** para garantir o descanso e a vida pessoal dos trabalhadores.

3. Fortalecimento da Prestação Pública e dos Cuidados Primários

- **Reforço dos Cuidados de Saúde Primários**: Expansão do apoio domiciliário, desenvolvimento das Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) e reforço dos programas de prevenção
- **Reforço das redes de Cuidados Continuados e Paliativos**
- **Defesa da capacidade prestadora pública**: Priorizar o investimento interno no SNS, nomeadamente a internalização de serviços em vez da externalização e entrega da gestão de serviços aos setores privado e social.

4. Resolução de Injustiças:

- **Vinculação de precários**: Integração de todos os enfermeiros em situação de precariedade que satisfazem necessidades próprias de natureza permanente dos serviços
- **Correção da contagem de pontos e retroativos**: Resolução das injustiças resultantes da contabilização de pontos e pagamento integral dos retroativos em dívida.

A inércia do Governo na resolução dos problemas identificados do SNS só pode ser entendida como deliberada para facilitar a sua entrega à gestão privada.

Os portugueses e os profissionais de saúde saberão organizar-se em defesa do SNS e no seu reforço.